



Simulado Especial

# TJ AP

Cargo: Técnico Judiciário - Área  
Judiciária e Administrativa

Pós-Edital

# Simulado

Simulado TJ AP – Técnico Judiciário

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ AP – Técnico;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

## PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-AP-Técnico-04-02>

- |                          |                          |                          |                          |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 01 – (A) (B) (C) (D) (E) | 20 – (A) (B) (C) (D) (E) | 41 – (A) (B) (C) (D) (E) | 61 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 02 – (A) (B) (C) (D) (E) | 21 – (A) (B) (C) (D) (E) | 42 – (A) (B) (C) (D) (E) | 62 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 03 – (A) (B) (C) (D) (E) | 22 – (A) (B) (C) (D) (E) | 43 – (A) (B) (C) (D) (E) | 63 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 04 – (A) (B) (C) (D) (E) | 23 – (A) (B) (C) (D) (E) | 44 – (A) (B) (C) (D) (E) | 64 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 05 – (A) (B) (C) (D) (E) | 24 – (A) (B) (C) (D) (E) | 45 – (A) (B) (C) (D) (E) | 65 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 06 – (A) (B) (C) (D) (E) | 25 – (A) (B) (C) (D) (E) | 46 – (A) (B) (C) (D) (E) | 66 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 07 – (A) (B) (C) (D) (E) | 26 – (A) (B) (C) (D) (E) | 47 – (A) (B) (C) (D) (E) | 67 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 08 – (A) (B) (C) (D) (E) | 27 – (A) (B) (C) (D) (E) | 48 – (A) (B) (C) (D) (E) | 68 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 09 – (A) (B) (C) (D) (E) | 28 – (A) (B) (C) (D) (E) | 49 – (A) (B) (C) (D) (E) | 69 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 10 – (A) (B) (C) (D) (E) | 29 – (A) (B) (C) (D) (E) | 50 – (A) (B) (C) (D) (E) | 70 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 11 – (A) (B) (C) (D) (E) | 30 – (A) (B) (C) (D) (E) | 51 – (A) (B) (C) (D) (E) | 71 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 12 – (A) (B) (C) (D) (E) | 31 – (A) (B) (C) (D) (E) | 52 – (A) (B) (C) (D) (E) | 72 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 13 – (A) (B) (C) (D) (E) | 32 – (A) (B) (C) (D) (E) | 53 – (A) (B) (C) (D) (E) | 73 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 14 – (A) (B) (C) (D) (E) | 33 – (A) (B) (C) (D) (E) | 54 – (A) (B) (C) (D) (E) | 74 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 15 – (A) (B) (C) (D) (E) | 34 – (A) (B) (C) (D) (E) | 55 – (A) (B) (C) (D) (E) | 75 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 16 – (A) (B) (C) (D) (E) | 35 – (A) (B) (C) (D) (E) | 56 – (A) (B) (C) (D) (E) | 76 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 17 – (A) (B) (C) (D) (E) | 36 – (A) (B) (C) (D) (E) | 57 – (A) (B) (C) (D) (E) | 77 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 18 – (A) (B) (C) (D) (E) | 37 – (A) (B) (C) (D) (E) | 58 – (A) (B) (C) (D) (E) | 78 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 19 – (A) (B) (C) (D) (E) | 38 – (A) (B) (C) (D) (E) | 59 – (A) (B) (C) (D) (E) | 79 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 20 – (A) (B) (C) (D) (E) | 39 – (A) (B) (C) (D) (E) | 60 – (A) (B) (C) (D) (E) | 80 – (A) (B) (C) (D) (E) |

## LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

### 01. Leia o texto a seguir:

#### Uma ética de mão dupla

“Desde que a lei de combate à corrupção entrou em vigor, no começo do ano, o especialista em Direito Público Fábio Medina Osório mergulhou em sua análise. Ex-promotor do Ministério Público do Rio Grande do Sul, doutor em Direito Administrativo e presidente do Instituto Internacional de Estudos de Direito do Estado (IIEDE), Medina vê na lei que impõe severas sanções aos corruptores o início do que pode ser uma profunda mudança de costumes – dos maus costumes. Mas alerta: não adianta tentar punir apenas o empresário.”

#### Assinale a alternativa que indica a principal intenção do texto.

- a) discorrer sobre as implicações da lei de combate à corrupção.
- b) trazer a opinião de um especialista
- c) descrever a lei anticorrupção.
- d) reforçar a importância da lei que entrou em vigor
- e) apresentar o especialista em Direito Público.

### 02. O par de frases abaixo que mostra uma relação de causa e efeito é:

- a) João chegou ao trabalho cansado / João não dormiu a noite toda
- b) O festival de música durava uma semana / Não era fácil organizar o festival
- c) A sala de aula estava cheia / Muitos alunos estavam presentes.
- d) A limpeza urbana está precária / Não há concurso para agente de limpeza urbana há anos.
- e) Recife é um dos principais destinos dos brasileiros / As praias de Recife são lindas.

03. A regência verbal de pertencer exige a preposição a e, por isso, ele pode estar seguido de um complemento que exija o emprego do acento indicativo de crase. Esse acento deve ser empregado na seguinte frase em que figura esse verbo:

- a) Nossa vida pertence a **Deus**
- b) O saci e o lobisomem pertencem a **imaginação**
- c) O amor pertence a **mim**.
- d) Os Jogos Olímpicos pertencem a **esta cidade**.
- e) Estas estradas pertencem a **Curitiba**.

04. A frase abaixo em que o significado da palavra sublinhada foi trocado é:

- a) Pela sua atitude, foi tachado de egoísta.
- b) O surgimento de uma nova forma de governo era iminente.
- c) Os sintomas começam pela cauda do animal.
- d) O extrato social deveria importar menos que o caráter.
- e) O emigrante carrega a saudade do lugar a que pertence.

05. A torneira gotejava compassadamente. A pia, enferrujada, parecia ansiar pela próxima gota. No centro, uma mesa de madeira que saudosamente lembrava a comunhão que um dia houve ali. As paredes revelavam as marcas deixadas pelo tempo.

Sobre a estruturação dessa descrição, a afirmação correta, é:

- a) a descrição parte do todo para as partes;
- b) movimento da descrição é de cima para baixo;
- c) a descrição se fundamenta numa visão à distância;
- d) a descrição ocorre de perto para longe;
- e) o movimento da descrição é de dentro para fora.

**06.** Um dos problemas muito comuns na estruturação de um texto é a presença de ambiguidade sintática, ou seja, a possibilidade de mais de um entendimento para uma só frase. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- a) Os gerentes informaram aos administradores que não poderiam dar descontos.
- b) Após a esposa passar mal, João ligou para sua mãe.
- c) Chegaram ao local e instalaram um sistema rápido.
- d) Maria pegou o suporte do relógio que estava em seu quarto.
- e) Todos chegaram no horário que estava marcado.

**07.** A frase abaixo que mostra a presença do discurso indireto livre é:

- a) — Não há mais o que fazer! — exclamou o médico.
- b) Os artistas chegavam para animar o festival. Venham todos dançar. Era um momento de pura descontração.
- c) Disseram as más línguas que tudo não passava de encenação.
- d) Desacreditado, imperador disse que jamais havia presenciado tamanha ousadia e falta de sorte.
- e) Então respondeu o cavaleiro: — Com muito pesar, precisarei deixá-la só esta noite!

**08.** Uma das qualidades estruturais das frases que escrevemos é o respeito pelo paralelismo sintático. A frase abaixo que emprega corretamente essa estratégia é:

- a) Os pesquisadores tornaram-se referência; os médicos foram essenciais.
- b) O Congresso impediu novas manifestações.
- c) Vivi motivado por dois sonhos: paz e liberdade.
- d) O jornalista afirmou ser imparcial e que prezava a liberdade de imprensa.
- e) Para esquecer o presente, vive-se o passado.

**09.** Em muitas frases estabelecemos comparações entre elementos do texto, tanto de forma objetiva como de forma figurada. Assinale a frase abaixo que não exemplifica qualquer tipo de comparação.

- a) "A gentileza, bem como o amor, transforma uma vida".
- b) "Paz é manter-se calmo apesar do caos".
- c) "O amor consiste em doação permanente, como uma fonte de águas na nascente".
- d) "A saudade é um cais onde se finca o pé vendo o mar".
- e) "Ter paz é melhor do que ter razão".

**10.** O segmento abaixo que mostra uma estrutura textual diferente da que aparece nas definições:

- a) A qualidade de vida é o método utilizado para mensurar as condições de vida de um ser humano.
- b) Sustentabilidade é a característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua permanência, em certo nível, por um determinado prazo.
- c) O limite é responsável pelo estabelecimento de diretrizes legais para o convívio em sociedade.
- d) A vida é um delicado equilíbrio entre tomar boas decisões e evitar perigos.
- e) Sonho: uma experiência de imaginação do inconsciente durante nosso período de sono.

**11.** Os adjetivos podem indicar qualidades, opiniões, características, estados ou relações dos substantivos.

Assinale a frase abaixo em que o adjetivo destacado indica uma relação.

- a) Passamos por uma situação difícil no último mês.
- b) O líder daquele grupo é muito confiável.
- c) Após a maratona, os competidores estavam eufóricos.
- d) A cadeira vermelha está reservada.
- e) A avaliação semestral será aplicada na próxima semana.

**12.** Assinale a frase a seguir em que o vocábulo MELHOR exemplifica uma classe gramatical diferente da das demais ocorrências.

- a) A melhor companhia é aquela que te permite ficar em silêncio.
- b) Os amigos são os melhores espelhos.
- c) O melhor tempo é aquele que você reserva para você.
- d) Pensa-se melhor quando se pensa em silêncio.
- e) Ele tinha o melhor professor.

**13.** Em todas as frases abaixo há a supressão intencional de um ou mais vocábulos (elipse), que podem ser inferidos pelos vocábulos restantes. A frase abaixo que se mostra completa, sem qualquer elipse, é:

- a) Viver a vida não é viver inconsequentemente; é aproveitar cada momento.
- b) Numa manhã, louca; na outra, prudente.
- c) Inesquecível a minha infância.
- d) Os ventos levam tristezas passadas para o mar do esquecimento.
- e) As oportunidades não aparecem todos os dias; vão para nunca mais.

**14.** A impessoalidade pode ser construída em língua portuguesa com o pronome SE, no entanto nem todo vocábulo SE possibilita essa impessoalidade. Assinale a alternativa em que essa partícula NÃO apresenta essa função.

- a) Acreditava-se que a transparência dos gastos prejudicaria a segurança da instituição.
- b) Naquele ano, fez-se o maior festival gastronômico da história do país.
- c) Aquele espaço não era bem avaliado; reclamava-se de superlotação.
- d) Dorme-se melhor quando há a prática de atividades físicas.
- e) A reunião durou quase toda a manhã; tratava-se do futuro da empresa.

**15.** “Antes de falar, pense nas consequências de suas palavras.” Essa frase exemplifica a seguinte função da linguagem:

- a) metalinguística
- b) conativa
- c) referencial
- d) poética
- e) fática

**16.** Os verbos de ligação indicam estados (estado permanente, estado transitório, aparência de estado, continuidade de estado e mudança de estado). Assinale a frase em que o verbo ESTAR é classificado como verbo de ligação.

- a) O conhecimento está no íntimo do ser humano.
- b) A performance está nas mãos dos representantes.
- c) O medo e a insegurança sempre estão perto de causar o caos.
- d) O desejo está envolvido com os sentidos do ser.
- e) Os alunos estão na sala aguardando o professor.

**17.** No cartaz que contenha a frase “Doa-se filhotes de *pedigree*”, para adequá-lo à norma-padrão, será necessário redigi-lo da seguinte forma:

- a) Doa-se filhotes que têm *pedigree*.
- b) Doa-se filhotes os quais tem *pedigree*.
- c) Doam-se filhotes que tem *pedigree*.
- d) Doam-se filhotes que têm *pedigree*.
- e) Doam-se filhotes cujos tem *pedigree*.

**18.** A conjunção que empregada na frase: “eu comi tanto no almoço de domingo que passei mal” tem o seguinte sentido:

- a) conformidade
- b) condição
- c) consequência
- d) causa
- e) proporcionalidade

19. Os jogadores apontaram a altitude, o gramado esburacado e o estádio em péssimas condições como fatores que prejudicaram o desempenho da equipe. Mas nenhum dos adversários chateou mais do que uma manifestação racista da torcida.

A palavra **mas** no texto acima apresenta o papel semântico de

- a) demonstrar oposição entre as ideias
- b) indicar a causa do que é informado antes
- c) retomar as informações anteriores
- d) dar ênfase à informação seguinte.
- e) indicar a consequência do fato anterior.

20. A frase em que a presença ou ausência da preposição está de acordo com a norma-padrão é:

- a) Tenho certeza que ele chegará no horário.
- b) Preciso de que me arranjem um empréstimo.
- c) Convidaram à Melissa para ir ao show.
- d) A necessidade que ela viesse me ajudar me fez chamá-la.
- e) Estarei à sua casa às oito em ponto.

## LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

*Tiago Zanolla*

21. Péricles, servidor público do Tribunal de Justiça Estado, ocupante do cargo efetivo e estável na carreira, foi aposentado por invalidez. Alguns anos depois, após verificação de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria foi determinado seu regresso ao serviço público.

Conforme o Estatuto dos Servidores, o citado regresso é chamado de

- a) reversão
- b) transferência
- c) promoção
- d) reintegração
- e) readaptação

22. Marcos, servidor do TJ-AP estava preocupado. Ele havia recebido uma ordem para se submeter a uma inspeção médica, mas estava hesitante em cumprir a determinação, temendo que isso pudesse afetar sua privacidade. Conversando com colegas, Marcos recebeu informações variadas sobre as consequências de não atender à ordem. Cada colega apresentou uma possibilidade diferente.

Conforme o Estatuto dos Servidores, qual é a penalidade aplicável ao servidor Marcos, caso ele se recuse injustificadamente a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente?

- a) Será demitido imediatamente.
- b) Receberá advertência por escrito.
- c) Terá corte de 50% do salário por dois meses.
- d) Será punido com suspensão de até 15 dias.
- e) Será transferido compulsoriamente para outra unidade.

**23.** Carla, uma servidora pública, recentemente foi penalizada em seu trabalho e acreditava firmemente na injustiça da punição recebida. Ela decidiu buscar a revisão do processo disciplinar, mas não tinha certeza sobre os procedimentos e normas aplicáveis. Conversando com colegas, ouviu várias informações, mas não sabia quais estavam corretas.

Conforme o Estatuto dos Servidores, qual é o procedimento correto que Carla deve seguir para solicitar a revisão de sua penalidade disciplinar, conforme as normas estabelecidas?

- a) Carla deve enviar o pedido de revisão diretamente à comissão do processo disciplinar.
- b) A revisão do processo disciplinar é automaticamente aceita ao ser requerida pelo servidor.
- c) O requerimento de revisão do processo deve ser dirigido ao Secretário de Estado da Administração ou autoridade equivalente.
- d) A revisão do processo resultará em agravamento da penalidade, caso seja julgada procedente.
- e) O prazo para a comissão revisora concluir os trabalhos é de 30 dias.

**24.** Roberto, um advogado recém-formado, foi designado para um caso no Estado do Amapá. Ele precisava entender a composição da Justiça do Estado para melhor orientar sua estratégia jurídica. Durante a pesquisa, Roberto encontrou informações variadas, mas nem todas corretas. Ele decidiu verificar os detalhes com um colega mais experiente.

Qual das seguintes afirmações sobre a composição e disposições da Justiça do Estado do Amapá está correta, de acordo com o Código de Organização Judiciária?

- a) Juízes de Direito Auxiliares servirão exclusivamente fora da Capital, Macapá.
- b) Os Juízes de Direito não são obrigados a residir na sede da respectiva Comarca.
- c) Em cada Comarca, haverá um Tribunal de Júri, Juízes de Paz e seus suplentes, mas não necessariamente um Juiz de Direito.
- d) Juízes de Direito Substitutos têm domicílio e residência em Macapá e servem em todo o Estado.
- e) Conselhos de Justiça Militar não fazem parte da Justiça do Estado do Amapá.

**25.** Segundo o Código de Organização Judiciária, os Serviços Auxiliares da Justiça são executados pelos seguintes serviços, exceto

- a) pelas Secretarias do Tribunal de Justiça.
- b) pelos Ofícios Judiciais.
- c) pelos Ofícios Extrajudiciais.
- d) pelos Serventuários subordinados às Diretorias dos Fóruns.
- e) pelos Servidores subordinados ao Ministério Público.

**26.** Luciana, uma estudante de Direito, estava revisando para um exame sobre a estrutura do Poder Judiciário no Estado do Amapá. Ela sabia que era importante entender não apenas quais órgãos fazem parte dessa estrutura, mas também identificar aqueles que não pertencem a ela. Durante um grupo de estudos, seus colegas mencionaram vários órgãos e entidades, e Luciana quis testar seu conhecimento distinguindo os corretos dos incorretos.

Qual dos seguintes órgãos NÃO é parte da Justiça do Estado do Amapá, conforme descrito no Código de Organização Judiciária?

- a) Tribunal de Contas do Estado.
- b) Juízes de Direito.
- c) Conselhos de Justiça Militar.
- d) Juízes de Direito Auxiliares.
- e) Juizados Especiais.

**27.** Ricardo, um jovem advogado, estava se preparando para um importante caso que seria julgado no Tribunal de Justiça. Para se familiarizar com a estrutura do Tribunal, ele revisou o Artigo 3º do Regimento Interno, que descreve as diferentes formas de funcionamento do Tribunal de Justiça. Durante uma reunião com colegas, surgiu uma discussão sobre quais seriam essas instâncias.

De acordo com o RI, em quais das seguintes formas o Tribunal de Justiça funciona?

- a) Em Plenário, em Seção Única, em Câmara Única, em Conselho da Magistratura e em Conselho Superior dos Juizados Especiais.
- b) Em Plenário, Órgão Especial e em Câmara Única.
- c) Em Plenário, em Seção Única e em Conselho de Ética.
- d) Exclusivamente em Conselho da Magistratura e em Conselho Superior dos Juizados Especiais.
- e) Em Câmara de Recursos, em Plenário, Seção de Dissídios Coletivos e em Conselho da Magistratura.

**28.** Amanda, uma jovem servidora do Tribunal de Justiça, estava organizando um treinamento para novos funcionários sobre a estrutura e funcionamento do Tribunal. Ela queria incluir uma sessão de perguntas e respostas para garantir que os conceitos fossem bem compreendidos.

Conforme as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, qual das seguintes afirmações está correta sobre a constituição e presidência de seus órgãos?

- a) O Plenário é composto por todos os Desembargadores e é presidido pelo Corregedor-Geral.
- b) A Seção Única e a Câmara Única são compostas por todos os Desembargadores, à exceção do Presidente do Tribunal e do Corregedor-Geral, e são presididas pelo Vice-Presidente.
- c) O Conselho Superior dos Juizados Especiais é constituído de todos os Desembargadores e presidido pelo Presidente do Tribunal.
- d) Para a eleição do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral, é permitida a recondução ou reeleição para o período imediatamente subsequente.
- e) Em caso de empate na eleição para os cargos de direção do Tribunal, será escolhido o Desembargador mais novo.

**29.** Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça, qual das seguintes afirmações é verdadeira sobre as atribuições do Presidente do Tribunal em relação à segurança e a investigação de infrações penais?

- a) O Presidente do Tribunal não pode requisitar o auxílio de outras autoridades para a Polícia do Tribunal.
- b) Quando ocorre uma infração à lei penal na sede ou dependências do Tribunal, o Presidente sempre deve instaurar inquérito pessoalmente, sem exceções.
- c) O Presidente do Tribunal tem a prerrogativa de requisitar o auxílio de outras autoridades para a Polícia do Tribunal, quando necessário.
- d) Nas audiências, a responsabilidade pela polícia é do Corregedor, não do Presidente do Tribunal.
- e) Os inquéritos administrativos realizados pelo Tribunal não seguem normas próprias, mas sim diretrizes gerais da Justiça Estadual.

**30.** Conforme o Art. 172 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, qual das seguintes afirmações é correta sobre o quórum necessário para diferentes tipos de julgamentos no Pleno do Tribunal?

- a) O quórum para o julgamento da ação penal originária e outros casos específicos é de dois terços dos membros do Tribunal, incluindo o Presidente.
- b) Para o julgamento de matéria constitucional, o quórum necessário é de metade mais um dos membros do Tribunal.
- c) O quórum para julgamento de recurso administrativo é de dois terços dos membros do Tribunal, excluindo o Desembargador que proferiu a decisão questionada.
- d) Em todas as situações de julgamento, o quórum necessário é de dois terços dos membros do Tribunal, sempre incluindo o Presidente.
- e) Para a eleição dos titulares de sua direção, o quórum necessário é de metade dos membros do Tribunal.

## MATEMÁTICA

*Carlos Henrique*

**31.** Analise as premissas a seguir.

- Se o bolo é de chocolate, então o refresco é de abacaxi.
- Se o refresco não é de abacaxi, então o sanduíche é de mortadela.
- O sanduíche não é de mortadela.

Logo, é correto concluir que

- a) o bolo é de chocolate.
- b) o refresco é de abacaxi.
- c) o bolo não é de chocolate
- d) o refresco não é de abacaxi.
- e) o bolo é de chocolate e o refresco é de abacaxi.

**32.** Considere como verdadeira a seguinte sentença:

“Se todas as flores são azuis, então o jardim tem a cor do céu”.

É correto concluir que:

- a) se todas as flores não são azuis, então o jardim não é tem a cor do céu;
- b) se uma flor é amarela, então o jardim não tem a cor do céu;
- c) se o jardim tem a cor do céu, então todas as flores são azuis;
- d) se o jardim não tem a cor do céu, então todas as flores não são azuis;
- e) se o jardim não tem a cor do céu, então pelo menos uma flor não é azul.

**33.** Para realizar uma pesquisa, um órgão público irá fazer um conjunto de visitas domiciliares, tenha sido selecionada, de um grupo de 10 servidores, uma equipe composta por um supervisor, um coordenador e quatro pesquisadores. Se todos os servidores do grupo forem igualmente hábeis para o desempenho de qualquer uma dessas funções, de quantas maneiras distintas a equipe poderá ser formada?

- a) 12.600
- b) 6.300
- c) 1.050
- d) 210
- e) 120

**34.** Suponha que 4 livros de Direito Constitucional e 6 livros de Direito Administrativo devam ser acomodados em uma estante, de modo que um fique ao lado do outro. Se dois livros forem escolhidos aleatoriamente entre os 10, então a probabilidade de pelo menos um deles ser de Direito Constitucional é igual a:

- a)  $1/3$
- b)  $2/3$
- c)  $3/4$
- d)  $1/5$
- e)  $4/5$

**35.** Em uma pesquisa de mercado para o lançamento de uma nova marca de carros, oitenta pessoas foram entrevistadas e deviam responder se gostavam dos carros das marcas A e B. Quarenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca A e sessenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca B.

Sobre as oitenta pessoas entrevistadas, é correto concluir que

- a) no máximo vinte não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- b) no mínimo dez não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- c) no máximo dez gostam das duas marcas.
- d) no mínimo trinta gostam das duas marcas
- e) no máximo vinte gostam das duas marcas.

Baseado no texto abaixo, resolva as questões 36 E 37

O Estratégia Concursos promoveu uma reunião entre os professores. Em um certo intervalo, 20% das mulheres deixaram a sala de reunião e o número de professoras ficou igual a  $3/5$  do número de professores homens. Se, com a saída das mulheres, o grupo passou a ser de 320 pessoas, julgue os itens seguintes:

**36.** Depois da saída das mulheres, qual é nova porcentagem de homens?

- a) 62,5%
- b) 84%
- c) 60%
- d) 64,5%
- e) 37,5%

**37.** Qual é a quantidade original de pessoas na reunião?

- a) 340
- b) 350
- c) 360
- d) 370
- e) 380

**38.** Em um órgão com 10 servidores, dois têm 40 anos, quatro têm 21 anos, um tem 25 anos e três têm a mesma idade. Sabendo-se que a média aritmética das idades desses 10 servidores é 30 anos, a idade desconhecida é igual a:

- a) 30
- b) 32
- c) 35
- d) 37
- e) 40

**39.** A sequência 2, 2, 1, 5, 5, 5, 5, 5, 2, 2, 1, 5, 5, 5, 5, 5, 2, ... mantém o padrão apresentado indefinidamente. A soma dos 1954 primeiros termos dessa sequência é:

- a) 7324
- b) 7328
- c) 7330
- d) 7332
- e) 7344

**40.** Em uma marcenaria, há um recipiente com 18 pregos e 22 arrebites. Todos os pregos têm o mesmo peso, todas os arrebites têm o mesmo peso e o peso total de todas as peças é de 214g. Sabendo-se que um arrebite e um prego pesam juntos 11g, concluímos que o peso de um prego é de:

- a) 4g
- b) 5g
- c) 6g
- d) 7g
- e) 8g

**DIREITO CONSTITUCIONAL***Emerson Bruno*

**41.** Conforme o art. 1º da CF88, a República Federativa do Brasil constitui-se em um Estado Democrático de Direito. Sobre o tema “Princípios Fundamentais”, Florisvaldo, estudante de Direito, foi questionado por seu amigo Roberval sobre quais são os fundamentos previstos na CF88 para o nosso país. A resposta correta de Florisvaldo foi:

- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) a soberania e os valores sociais do trabalho.
- c) a independência nacional e o pluralismo político.
- d) a igualdade entre os Estados e garantir o desenvolvimento nacional.
- e) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

**42.** Mélvís praticou um crime comum previsto no Código Penal Brasileiro. Enquanto Promotor de Justiça do Estado do Amapá. Melvis será processado e julgado:

- a) pelo Juiz de Direito local.
- b) pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) pelo Tribunal Regional Federal.
- e) pelo Tribunal de Justiça do Estado.

**43.** Jucineide, por falta de norma regulamentadora, precisa que se torne viável prerrogativa inerente ao seu direito social ao trabalho. Para garantia desse direito, e conforme a Constituição Federal, Jucineide poderá impetrar

- a) mandado de injunção.
- b) mandado de segurança.
- c) habeas data.
- d) ação civil pública.
- e) ação popular.

**44.** Jolelton se prepara para concursos do Poder Judiciário e desenvolve um estudo comparativo das competências do Congresso Nacional e suas casas legislativas. Conforme disposto na Constituição Federal, compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ)

- a) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
- b) processar e julgar a extradição solicitada por Estado Estrangeiro.
- c) processar e julgar os Desembargadores dos Tribunais de Justiça nos crimes comuns e de responsabilidade.
- d) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- e) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

**45.** Diocleciano, brasileiro naturalizado com 36 anos de idade, é integrante da carreira do Ministério Público da União. Dotado de notável saber jurídico e reputação ilibada, Diocleciano NÃO poderá ser indicado:

- a) Procurador-Geral da República.
- b) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- c) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- d) Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.
- e) Desembargador Federal de um Tribunal Regional Federal.

**46.** Cloroquínio, radicalizado por uma rede de influenciadores nas mídias sociais, se junta a uma horda de fanáticos violentos, que armados de paus e pedras praticam uma série de crimes contra os Poderes Constitucionais e o Estado Democrático de Direito, pois desejam a instauração de uma Ditadura Civil-Militar. Segundo o art. 5º da Constituição Federal, a conduta de Cloroquínio e seus comparsas constitui um crime:

- a) apenas inafiançável.
- b) inafiançável e imprescritível.
- c) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- d) apenas imprescritível.
- e) inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.

**47.** Bertoldo é Ministro de Estado. Acusado de lesar um direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data, tem um mandado de segurança ajuizado contra seu respectivo ato. De acordo com a CF 88, a competência para julgar tal mandado de segurança é:

- a) do Juiz Federal competente.
- b) do Juiz de Direito da localidade atingida.
- c) do Supremo Tribunal Federal.
- d) do Superior Tribunal de Justiça.
- e) do Tribunal Regional Federal competente.

**48.** O Tenente Coronel Romualdo Bezerra, 53 anos de idade, é militar da reserva e deseja se candidatar ao cargo de senador pelo Estado do Amapá. De acordo com a CF88, a idade mínima para ser detentor do presente mandato eletivo é:

- a) 60 anos de idade.
- b) 30 anos de idade.
- c) 35 anos de idade.
- d) 21 anos de idade.
- e) 18 anos de idade.

**49.** Marilda é trabalhadora rural devidamente registrada por seu empregador. Mãe de Guilherme, 4 anos de idade, consulta seu sindicato para saber se seu filho tem direito à creche e pré-escola enquanto direito social assegurado aos trabalhadores urbanos e rurais. De acordo com a CF 88, o referido direito está garantido para as crianças até:

- a) 6 anos de idade.
- b) 4 anos de idade.
- c) 3 anos de idade.
- d) 10 anos de idade.
- e) 5 anos de idade.

**50.** Conforme previsão constitucional inserida no art. 5º da CF88, não constitui princípio do Tribunal do Júri.

- a) plenitude de defesa.
- b) sigilo das votações.
- c) soberania dos veredictos.
- d) incomunicabilidade do réu.
- e) competência para julgar os crimes dolosos contra a vida.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Fabiano Pereira*

**51.** A Delegacia de Furtos a Veículos e Transportes, no Estado X, era responsável por investigar delitos desse tipo em toda a área estadual. Diante do aumento nos índices de crimes dessa natureza na região, a autoridade competente dividiu de maneira regular as atividades da Delegacia. Agora, existem duas delegacias especializadas distintas: a Delegacia de Furtos a Automóveis e a Delegacia de Furtos a Cargas.

No cenário fictício em questão, a medida adotada pelo Estado X é denominada:

- a) centralização administrativa, concentrando os dois órgãos na mesma especialidade de crime, porém, em diferentes objetos;
- b) desconcentração administrativa, que consiste em distribuição interna de competências;
- c) outorga administrativa, mediante especialização de competência entre delegacias diversas;
- d) descentralização territorial, com o objetivo de abranger maior policiamento na região;
- e) descentralização por delegação, mediante divisão externa de competência entre órgãos distintos do Estado X.

**52.** A Administração Pública de uma entidade federativa está passando por um processo de reorganização que abrange sua estrutura, incluindo a administração indireta. Nesse cenário, é conduzido um levantamento das empresas estatais em operação na entidade federativa, levando à decisão de encerrar as atividades das que não mais se alinham com a finalidade social estabelecida pelo governo e daquelas que apresentam déficits financeiros. Para tanto,

- a) deverá realizar previamente um processo de licitação para identificar possíveis interessados na aquisição do capital social da empresa, sendo permitida a extinção somente na ausência de licitantes;
- b) deve quitar todas as despesas da empresa e alienar seu patrimônio antes de requerer autorização legislativa para decretar sua extinção;
- c) pode proceder ao encerramento das atividades de forma semelhante ao que é aplicado às empresas privadas, sem necessitar de autorização prévia, que é exigida somente para a instituição dessas pessoas jurídicas;
- d) será imprescindível obter autorização legislativa, inclusive para definir o destino de seu patrimônio, caso não se pretenda que ele retorne à Administração central;
- e) para efetuar a extinção da empresa, deverá emitir um ato da mesma natureza do utilizado para sua criação, ou seja, um decreto ou lei.

**53.** Considere que a prefeitura do município W tenha instituído uma nova norma que proíbe a realização de eventos em praças sem a devida autorização prévia. Essa regulamentação buscou garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos que frequentam essas áreas.

Com base nesse contexto, identifique a alternativa que descreve o princípio da Administração Pública cuja definição está diretamente associada aos motivos que levaram a prefeitura a criar essa regulamentação.

- a) Princípio da supremacia do interesse público;
- b) Princípio da razoabilidade;
- c) Princípio da indisponibilidade;
- d) Princípio da reserva legal;
- e) Princípio da segurança jurídica.

**54.** A Corporação Y é uma sociedade empresarial especializada na extração de matérias-primas e conta com aproximadamente mil colaboradores, entre empregados diretos e indiretos. Durante a primeira inspeção realizada pela Administração Pública e que acusou pequenos danos ao meio ambiente associados às operações da empresa, foi ordenada a interdição de todas as instalações comerciais da organização.

Diante desse contexto, a ação da Administração Pública vai de encontro ao princípio da:

- a) eficiência, em especial o subprincípio da efetividade;
- b) autotutela, em especial o subprincípio da sindicabilidade;
- c) razoabilidade, em especial o subprincípio da admissibilidade;
- d) motivação, em especial a teoria dos motivos determinantes;
- e) proporcionalidade, em especial o subprincípio da exigibilidade.

**55.** O Ministério Público do Estado W firmou contrato administrativo com a sociedade empresária X para a aquisição de notebooks funcionais destinados aos seus membros. Entretanto, a contratada não cumpriu as especificações do edital de licitação e do contrato, fornecendo computadores com capacidade de memória inferior e sem outras funcionalidades.

Diante dessa infração, o Ministério Público tomou diversas medidas, incluindo a aplicação de sanção administrativa conforme previsto em lei, após conduzir um processo administrativo regular.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a imposição da mencionada sanção foi fundamentada diretamente no poder administrativo:

- a) de polícia, considerando a relação contratual prévia;
- b) discricionário, sem depender da relação contratual prévia;
- c) disciplinar, considerando a relação contratual prévia;
- d) normativo, considerando a supremacia do contratante sobre o contratado, o qual representa o poder público;
- e) hierárquico, considerando a supremacia do contratante sobre o contratado, representando este o poder público.

**56.** Um servidor público estatutário visitou o restaurante Z para fins de fiscalização e, durante a inspeção, observou uma barata percorrendo o chão do salão onde os clientes estavam sendo atendidos. A fiscalização continuou, e nenhum outro inseto foi identificado. Nas demais inspeções, o estabelecimento estava em perfeitas condições.

O servidor público, no exercício de um dos poderes do Estado, decidiu interditar o estabelecimento, considerando que o local não apresentava condições adequadas de salubridade para funcionar.

Nesse contexto, é correto afirmar que o servidor público exerceu, no caso concreto:

- a) o poder disciplinar, entretanto, ocorreu violação ao princípio da proporcionalidade, especialmente ao subprincípio da exigibilidade, uma vez que existiam outras medidas menos prejudiciais para corrigir o problema identificado;
- b) o poder de polícia, no entanto, ocorreu violação ao princípio da proporcionalidade, especialmente ao subprincípio da exigibilidade, uma vez que existiam outras medidas menos prejudiciais para corrigir o problema identificado;
- c) o poder de polícia, no entanto, ocorreu violação ao princípio da proporcionalidade, especialmente ao subprincípio da adequação, uma vez que existiam outros mecanismos menos prejudiciais para corrigir o problema identificado;
- d) o poder disciplinar, sem qualquer violação ao princípio da proporcionalidade ou aos subprincípios dele decorrentes, levando em consideração a necessidade de preservar a saúde e a segurança dos consumidores;
- e) o poder disciplinar, no entanto, ocorreu violação ao princípio da legalidade, uma vez que a interdição do estabelecimento demandaria a intervenção do Poder Judiciário.

**57.** O Estado Z emitiu o ato administrativo X, de natureza discricionária, e o ato administrativo C, de natureza vinculada, com o propósito de regulamentar questões de interesse regional. Um particular, prejudicado por ambos os atos administrativos, optou por impugná-los, apresentando uma ação perante o Poder Judiciário. Após análise do caso pelo juiz, foi constatado que o ato administrativo X é válido, enquanto o ato administrativo C é inválido.

Diante dessa situação, de acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial predominante, o juiz:

- a) não poderá revogar o ato administrativo X, para evitar interferência nas atribuições da Administração Pública, nem anular o ato administrativo C, dado seu caráter vinculado;
- b) poderá revogar o ato administrativo X, em deferência ao controle judicial sobre a Administração Pública. No entanto, não poderá anular o ato administrativo C, dada sua natureza vinculada;
- c) não poderá revogar o ato administrativo X, a fim de não se intrometer nas competências da Administração Pública. No entanto, poderá revogar o ato administrativo C, considerando sua ilegalidade;
- d) não será possível revogar o ato administrativo X, para evitar interferência nas atribuições da Administração Pública. No entanto, poderá anular o ato administrativo C, considerando sua ilegalidade;
- e) poderá revogar o ato administrativo X, em apoio ao controle judicial sobre a Administração Pública. Além disso, poderá revogar o ato administrativo C, considerando sua ilegalidade.

**58.** Servidor público estadual, praticou um ato administrativo com vício. Um determinado administrado, ao perceber o ocorrido, informou ao servidor sobre o vício; no entanto, o ato administrativo foi convalidado.

Em relação a esse tema, é correto afirmar que:

- a) a Administração Pública não possui a opção de manter ou não o ato viciado no mundo jurídico; ela pode, no entanto, eliminar o ato viciado por meio do instituto da revogação;
- b) todo ato administrativo com vício deve ser anulado pela Administração Pública, independentemente da natureza do vício presente;
- c) a convalidação do ato administrativo nem sempre é possível; isso depende do tipo de vício que afeta o ato;
- d) a Administração Pública pode, por razões de conveniência e oportunidade, manter válido um ato administrativo viciado, independentemente da natureza do defeito presente;
- e) se o vício presente no ato estava no motivo do ato administrativo, a Administração Pública agiu de maneira adequada.

**59.** No que diz respeito aos tipos de licitação, que estão relacionados aos critérios de julgamento, a Lei n.º 14.133/2021 determina que o julgamento por:

- a) maior oferta de desconto utilizará como base o preço parcial estabelecido no edital de licitação para cada categoria de bens ou serviços, e o desconto não será automaticamente aplicado aos possíveis termos aditivos, a menos que haja consenso entre as partes contratantes;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico levará em conta as propostas técnicas ou produções artísticas disponíveis no mercado, e o edital deve especificar o prêmio ou a remuneração que será concedido aos vencedores, seguindo os princípios da legalidade e da economicidade;
- c) maior vantagem econômica, aplicada apenas na celebração de contratos de eficiência, avaliará a maior economia para a Administração, e a remuneração deve ser determinada com base em um percentual que será calculado de acordo com a economia efetivamente alcançada na execução do contrato;
- d) avaliação conjunta de técnica e preço levará em conta a maior pontuação obtida por meio da ponderação de notas atribuídas aos aspectos de técnica e preço da proposta, de acordo com os critérios objetivos definidos no edital, com o requisito de preço tendo uma valoração mínima de duas vezes a de técnica;
- e) escolha do menor preço se baseará no custo mais baixo para a Administração, desde que atendidos os padrões mínimos de qualidade disponíveis no mercado, sendo que os custos indiretos, relacionados às despesas de manutenção e ao impacto ambiental do objeto licitado, não podem ser considerados na determinação do custo mais baixo.

60. Quanto ao desempenho das funções cruciais para a execução adequada da Lei de Licitações e Contratos n.º 14.133/2021, a orientação legal é que a autoridade máxima do órgão ou entidade adote uma gestão por competências, visando designar agentes públicos para o cumprimento dessas funções essenciais. Entretanto, para essa designação, é necessário que tais agentes atendam a alguns requisitos estabelecidos na mencionada Lei.

Esses requisitos incluem:

- I. Preferencialmente, devem ser servidores efetivos ou empregados públicos integrantes dos quadros permanentes da Administração Pública;
- II. Deve possuir atribuições vinculadas a licitações e contratos ou apresentar formação compatível, além de qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público;
- III. Não devem ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados frequentes da Administração, e também não devem possuir vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nem de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

Quais estão corretos?

- a) Apenas I.
- b) Apenas III.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

## DIREITO CIVIL

Mário Godoy

61. Luís, procurador do Município de Belém, foi instado pela Prefeitura a elaborar um parecer técnico a respeito da possibilidade da contratação de menores de idade para assumirem funções comissionadas em um hospital público da cidade. No parecer, Luís afirmou que seria possível a contratação de menores a partir dos 12 anos de idade, pois nessa faixa etária, admite-se que eles possam atuar como aprendizes.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Luís opinou acertadamente a respeito do tema ventilado no parecer.
- b) Luís opinou erroneamente a respeito do tema ventilado no parecer, e pode ser responsabilizado independentemente de culpa (*lato sensu*).
- c) Luís opinou erroneamente a respeito do tema ventilado no parecer, e por isso pode ser responsabilizado, sendo o fundamento legal de sua responsabilidade o cometimento de erro grosseiro.
- d) Luís opinou erroneamente a respeito do tema ventilado no parecer, e por isso pode ser responsabilizado, sendo o fundamento legal de sua responsabilidade ter procedido culposamente.
- e) Luís opinou erroneamente a respeito do tema ventilado no parecer, e por isso pode ser responsabilizado, sendo o fundamento legal de sua responsabilidade ter procedido com dolo ou culpa.

**62.** Maria, 35 anos, grávida, sofreu injúrias graves que atingiram a ela e ao bebê que carrega no ventre. Paulo, autor das afirmações injuriosas, chamou-a publicamente de “vaca”, e aludiu ao bebê chamando-o de “estrume”. Em razão do fato, duas ações de reparação por danos morais foram propostas contra Paulo: a primeira, movida por Maria; a segunda, pelo bebê, tendo por representante legal sua própria mãe.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Nenhuma das ações pode ser julgada procedente, pois Paulo atuou no exercício de sua liberdade de expressão.
- b) Somente a primeira ação deve ser julgada procedente, pois nascituro não tem direitos tutelados pelo sistema jurídico.
- c) Somente a segunda ação deve ser julgada procedente, pois Maria, sendo plenamente capaz, tem condições de exercer seu direito de resposta.
- d) Ambas as ações deve ser julgadas procedentes, pois tanto Maria como o bebê são dotados de personalidade e foram atingidos em sua honra.
- e) Ambas as ações devem ser julgadas procedentes, pois Maria é dotada de personalidade, ao passo que o bebê, embora não tenha personalidade, conta com direitos tutelados desde a concepção.

**63.** Artur tem 15 anos de idade. Roberto, 19 anos, é pessoa com deficiência mental moderada. Lucas, 25 anos, bebe exageradamente aos fins de semana com os amigos. Amélia, 32 anos, dilapida constantemente seus bens e gasta tudo que recebe, ficando sempre endividada. Patrícia, 50 anos, está em coma. Josefa, 52 anos, é analfabeta.

Com relação à situação descrita, são considerados relativamente incapazes:

- a) Artur, Roberto, Lucas, Amélia, Patrícia e Josefa.
- b) Artur, Lucas, Amélia e Patrícia e Josefa.
- c) Roberto, Lucas e Amélia.
- d) Amélia e Patrícia.
- e) Roberto, Amélia e Patrícia.

**64.** Rubens estava viajando em um avião que caiu em alto mar. Esgotadas as buscas e averiguações, não se conseguiu encontrar o cadáver de Rubens.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Rubens pode ser sua morte presumida declarada, independentemente de prévia decretação de ausência.
- b) É preciso que se promova a decretação judicial de ausência para que, observados todos os trâmites legais, se declare a morte presumida de Rubens.
- c) Somente com a localização do cadáver será possível declarar a morte de Rubens.
- d) A sentença que declarar a morte presumida de Rubens não precisa aludir à data provável do seu falecimento.
- e) Se Rubens estivesse viajando com o filho, incidiria a presunção legal de que o filho, por ser mais jovem, morreu primeiro.

**65.** Laudecir consagrou-se como cantor sertanejo utilizando o pseudônimo “Colibri do Sertão”. Recentemente, foi alvo de uma campanha difamatória promovida pelo jornal da cidade onde mora, que aludiu ao “Colibri do Sertão” com palavras que o expunham ao desprezo público. Paralelamente, uma loja de cosméticos utilizou o pseudônimo “Colibri do Sertão” para fazer propaganda de seus produtos, sem contar com a prévia autorização de Laudecir.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) A proteção legal conferida ao nome não se estende ao pseudônimo.
- b) O pseudônimo “Colibri do Sertão” recebe a mesma proteção do nome de Laudecir.
- c) Para que se possa responsabilizar a empresa responsável pela publicação do jornal, é imprescindível que se comprove que o jornalista teve intenção difamatória.
- d) A responsabilidade civil pela ofensa praticada através do jornal incide apenas na pessoa do jornalista que escreveu as palavras ofensivas, não se estendendo à pessoa jurídica que edita o jornal.
- e) A propaganda feita pela loja de cosméticos configura-se como exercício regular de direitos, já que não houve qualquer ofensa a Laudecir ou ao seu pseudônimo.

**66.** A Sociedade MG Ltda. conta com sua administração composta por dezoito gestores. Seu ato constitutivo nada dispõe a respeito do quórum para a tomada de deliberações. Há cerca de um mês, foi convocada uma assembleia para deliberar acerca do aumento da remuneração dos funcionários. No dia da assembleia, apenas seis gestores compareceram, dos quais quatro foram favoráveis ao aumento. Entretanto, verificou-se que a decisão da assembleia continha vício de simulação.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Os poderes dos administradores só poderão ser exercidos se dentro dos limites definidos no ato constitutivo da sociedade.
- b) A assembleia não pode tomar qualquer deliberação, eis que ausente o quórum mínimo de 50% dos administradores.
- c) A deliberação só pode ser tomada uma vez alcançado o voto favorável da maioria absoluta dos administradores.
- d) A deliberação é nula de pleno direito, e portanto, a qualquer tempo poderá ser anulada, face à ocorrência do vício de simulação.
- e) Decai em 4 anos o direito de anular a decisão tomada pela administração coletiva, face à ocorrência do vício de simulação.

**67.** Carlos é militar da Marinha e reside com ânimo definitivo em Marituba. A base do seu comando situa-se em Belém. Recentemente, ele foi convocado para servir em uma missão no Rio de Janeiro. O navio em que ele está servindo tem sua matrícula em Santos.

Com relação ao domicílio legal de Carlos, assinale a alternativa correta.

- a) Carlos tem domicílio legal em Marituba.
- b) Carlos tem domicílio legal em Belém.
- c) Carlos tem domicílio legal no Rio de Janeiro.
- d) Carlos tem domicílio legal em Santos.
- e) Carlos tem domicílio legal no lugar onde for encontrado.

**68.** Um diamante raro exposto à venda, um livro autografado pelo autor, o leite da vaca, uma coleção de obras de arte e uma escola pública são, classificados, respectivamente como:

- a) Bem inconsumível, bem infungível, produto, universalidade de direito e bem de uso comum.
- b) Bem inconsumível, bem fungível, fruto, universalidade de direito e bem de uso especial.
- c) Bem consumível, bem infungível, fruto, universalidade de fato e bem de uso especial.
- d) Bem consumível, bem infungível, produto, universalidade de direito e bem de uso especial.
- e) Bem inconsumível, bem infungível, produto, universalidade de fato e bem de uso comum.

**69.** Sem qualquer experiência no ramo imobiliário, André adquiriu o imóvel pertencente a Paulo, pagando pelo bem um preço três vezes maior que o seu valor de mercado. Inconformado, pretende anular o negócio jurídico.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) O negócio jurídico não pode ser anulado, já que André manifestou voluntariamente a intenção de adquirir o bem.
- b) O negócio jurídico é nulo de pleno direito.
- c) O prazo prescricional para que se possa anular o negócio jurídico é de 4 anos, contados de sua realização.
- d) Para que se anule o negócio jurídico, é indispensável a prova do dolo de aproveitamento por parte de Paulo.
- e) Paulo pode evitar a anulação do negócio jurídico, caso concorde com a redução do proveito obtido.

**70.** Joana firmou contrato de compra e venda imobiliária com Carla, tendo por objeto um apartamento negociado pelo valor R\$ 1 milhão. O contrato foi firmado por instrumento particular de compra e venda, sendo levado ao competente registro.

Acerca da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) O negócio jurídico é anulável diante da inobservância da forma prescrita em lei.
- b) O negócio jurídico é plenamente válido.
- c) O negócio jurídico é nulo, mas pode ser confirmado pelas partes, passando a se tornar um negócio jurídico válido.
- d) Prescreve em 10 anos o direito de se promover o reconhecimento judicial da nulidade do negócio jurídico.
- e) Embora nulo, o negócio jurídico de compra e venda pode converter-se em promessa de compra e venda, se o fim a que visavam as partes permitir supor que teriam querido essa conversão, caso houvessem previsto a nulidade.

**DIREITO PENAL***Priscila Silveira*

**71.** Carlos Alberto, inconformado com o fim de seu relacionamento com Lúcia Helena que durou por cerca de 5 anos, resolve procurá-la para discutir sobre o término e tentar a qualquer custo reconciliação. Após ser mais uma vez cientificado de que o romance não teria volta, e pretendendo ceifar a vida de Lúcia Helena, Carlos Alberto tira a faca da cintura e desfere três golpes contra a vítima, sendo um no peito e dois na região do pescoço. Após golpear a ex-namorada, Carlos Alberto foge do local sem dar pistas de seu paradeiro. Lúcia Helena é socorrida para o Hospital, mas não resiste aos ferimentos e falece. Diante da situação hipotética, Carlos Alberto, muito embora tenha causado lesão corporal em Lúcia Helena, não responderá pelo crime de lesão em razão do princípio da

- a) subsidiariedade
- b) consunção
- c) lesividade
- d) especialidade
- e) alternatividade

**72.** Júlia e Gustavo casaram-se em 25/01/2001. Gustavo era um jovem que gostava de sair com os amigos para beber às sextas-feiras, mas deixava Júlia sempre sozinha. Júlia não se importava que seu marido saísse com os amigos, mas em 15/04/2003, recebeu um torpedo de um número desconhecido com os seguintes dizeres: “Gustavo tem um relacionamento extraconjugal com Isabella. Todas as sextas-feiras eles se encontram no bar da Onça. Fique esperta.” Após receber referida mensagem, Júlia foi atrás de Gustavo e de fato a mensagem era verdadeira. Por causa disso, Gustavo foi processado e condenado no ano de 2004 pelo crime de adultério, tipificado, na data dos fatos, no artigo 240 do CP. Contudo, o crime deixa de existir no ano de 2005, quando Gustavo já tinha, inclusive, cumprido a pena pelo crime, a qual foi julgada extinta. Nesse caso,

- a) nada poderá ser arguido, pois mesmo se tratando de uma norma benéfica, Gustavo já cumpriu a pena.
- b) muito embora a norma seja benéfica, devendo retroagir, não poderá ser aplicado “abolitio criminis”, diante do trânsito em julgado da decisão.
- c) a lei não retroagirá, não podendo alcançar fatos anteriores.
- d) a lei retroagirá, pois em caso de abolitio criminis, a norma benéfica deve retroagir, pois afasta os efeitos penais.
- e) não há causa extintiva da punibilidade pelo “abolitio criminis”, pois quando um fato deixa de ser considerado crime, só poderá retroagir até a sentença condenatória.

**73.** Em um navio estrangeiro que navegava nas águas marítimas pertencentes à Portugal, John que tinha nacionalidade inglesa e se infiltrou na embarcação estrangeira como funcionário da limpeza, atenta contra a vida do Presidente da República do Brasil. Contudo, o Chefe do Executivo é socorrido e aguarda a sua recuperação na cidade de Algarve, em Portugal. John é preso e nesse caso é correto afirmar que

- a) não pode ser aplicada a lei brasileira, já que o crime foi cometido no estrangeiro.
- b) poderá ser aplicada a lei brasileira, com base no princípio da territorialidade.
- c) poderá ser aplicada a lei brasileira, ainda que o autor do crime tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.
- d) poderá ser aplicada a lei brasileira, desde que o autor do crime não seja julgado no estrangeiro.
- e) não poderá ser aplicada a lei brasileira, já que o autor do crime é estrangeiro.

**74.** O Presidente da República, diante da nova onda de ataques de vandalismo oriundo da pandemia, decide, por meio de medida provisória, criar um novo tipo penal para coibir os atos de vandalismo. A medida provisória foi convertida em lei, sem impugnações. Com base nos dados fornecidos, assinale a opção correta.

- a) Não há ofensa ao princípio da reserva legal na criação de tipos penais por meio de medida provisória, quando convertida em lei.
- b) Não há ofensa ao princípio da reserva legal na criação de tipos penais por meio de medida provisória, pois houve avaliação prévia do Congresso Nacional.
- c) Não há ofensa ao princípio da reserva legal, pois o Presidente da República pode editar medida provisória, quando a situação for relevante e em caso de urgência.
- d) Há ofensa ao princípio da reserva legal, pois não cabe ao Presidente da República a iniciativa de lei em matéria penal.
- e) Há ofensa ao princípio da reserva legal, pois não é possível a criação de tipos penais por meio de medida provisória.

**75.** César Augusto, servidor público, desviou para reforma da repartição pública de onde trabalha, determinada quantia que dispunha em razão de seu cargo que estava regularmente destinada à compra de computadores para as escolas do município. Na situação hipotética acima descrita, trata-se de:

- a) crime de peculato-desvio, independentemente de César Augusto ter-se apropriado da quantia para proveito próprio ou não.
- b) crime de apropriação indébita, independentemente de César Augusto ser ou não servidor público.
- c) crime de emprego irregular de verbas públicas, já que o desvio da quantia ocorreu em proveito da administração.
- d) crime de prevaricação, posto que César Augusto agiu para satisfazer sentimento pessoal.
- e) crime de corrupção passiva privilegiada.

**76.** Assinale a alternativa que contém apenas hipóteses de lesão corporal de natureza grave.

- a) Aborto, perigo de vida e aceleração de parto.
- b) Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias, perigo de vida e deformidade permanente.
- c) Incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável e perda ou inutilização do membro, sentido ou função.
- d) Incapacidade permanente para o trabalho, perigo de vida e aceleração de parto.
- e) Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias, debilidade permanente de membro, sentido ou função e aceleração de parto.

**77.** Considerando a situação hipotética acima descrita, assinale a opção correta no referente aos crimes contra o patrimônio.

- a) o emprego de arma de fogo para a prática do crime de roubo não implica a majoração da pena cominada.
- b) no roubo, caso o agente seja primário e tenha sido de pequeno valor a coisa subtraída, o juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços ou aplicar somente a pena de multa.
- c) No estelionato, a reparação espontânea do dano antes do recebimento da denúncia antes do julgamento de primeiro grau extingue a punibilidade. .
- d) Se Roberto praticar o crime contra ascendente, estará isento de pena ocorrendo, assim ocorrendo causa de escusa absolutória legalmente prevista.
- e) o crime de latrocínio se consuma com a inversão da posse, não sendo necessário a ocorrência da morte.

**78.** Assinale a alternativa correta:

- a) O crime de falsidade de atestado médico consuma-se com a entrega pelo médico do atestado falso ao paciente para justificar a sua ausência ao trabalho, mas depende de outro resultado ou consequência.
- b) Omitir, nos documentos destinados a fazer prova perante a previdência social, o nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, caracteriza o crime de falsificação de documento particular.
- c) A falsidade ideológica refere-se ao conteúdo do documento, e a material é a própria forma do documento, que é alterada ou forjada, criando um documento novo.
- d) Alterar documento verdadeiro emanado de entidade paraestatal é crime de falsificação de documento particular.
- e) No crime de falsificação de documento público, a pena é aumentada de quarta parte se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo.

**79.** Alonso César foi definitivamente condenado pela prática de crime punido com reclusão de um a quatro anos. Após o cumprimento de metade da pena a ele aplicada, adveio nova lei, que passou a punir o crime por ele praticado com detenção de 6 meses a três anos. Nessa situação,

- a) a lei nova não se aplicará a Alonso César, ainda que benéfica, tendo em vista que sua condenação já havia transitado em julgado.
- b) trata-se de hipótese de *novatio legis incriminadora*, e por tal razão, a lei nova não se aplicará a Alonso César.
- c) não poderá ser aplicada a nova lei, diante da irretroatividade da lei penal.
- d) trata-se de hipótese de *novatio legis in pejus*, e em assim sendo, a lei nova não se aplicará a Alonso César.
- e) a lei nova se aplicará a Alonso César, ainda que que sua condenação já tenha transitado em julgado.

- 80.** Pedro, segurança de uma famosa rede de supermercados em São Paulo, percebeu que Paulo escondera em suas vestes dois cremes dentais e dois sabonetes, de valor aproximado de R\$ 15,00 (quinze reais). Ao tentar sair do estabelecimento, Paulo é preso em flagrante delito pelo segurança, que chama a polícia. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.
- a) A conduta de Paulo não constitui crime, uma vez que este agiu em estado de necessidade.
  - b) A conduta de Paulo não constitui crime, uma vez que o fato é materialmente atípico.
  - c) A conduta de Paulo constitui crime, uma vez que se enquadra no artigo 155 do Código Penal, não estando presente nenhuma das causas de exclusão de ilicitude ou culpabilidade, razão pela qual este deverá ser condenado.
  - d) A conduta de Paulo constitui crime, mas estará isento de pena, diante da inexigibilidade de conduta diversa, que é causa de excludente de culpabilidade.
  - e) a conduta de Paulo não é crime, vez que agiu no exercício regular de um direito.

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---